

A nova política da educação e o impacto da abolição de exames no ensino primário em Invinha- Gurúè

Daniel Agostinho Andissone *

ORCID iD [0000-0001-6297-7325](https://orcid.org/0000-0001-6297-7325)

Alberto Bive Domingos**

ORCID iD [0000-0002-3169-2172](https://orcid.org/0000-0002-3169-2172)

Resumo (Português): O conteúdo do presente trabalho foi defendido em forma de monografia científica na Universidade Licungo e visa enaltecer a participação dos diferentes actores escolares na implementação das novas políticas educativas (abolição de exames e dispensas), introduzidas no Ensino Primário. Trata-se de um estudo de caso realizado na Escola Primária do 1º e 2º Grau de Invinha, no distrito de Gurúè, na província da Zambézia. Especificamente, nele analisa-se o grau de assimilação das inovações, discutindo a abolição dos exames e dispensas no ensino primário. Constitui problema da pesquisa, o fato de se verificarem, na escola em estudo, problemas de fraca interpretação dessas políticas, ocasionadas pela falta de preparo dos atores educativos na implementação e aperfeiçoamento das novas políticas que, por sua vez, culmina com a reprovação massiva de alunos e desactualização dos implementadores. A ausência de treinamentos de capacitação e actualização sobre o conteúdo das inovações aos implementadores pode estar a contribuir para a existência e persistência de tais problemas. Em termos metodológicos, enquadramo-la na pesquisa qualitativa exploratória, tendo a recolha de dados sido realizada através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a professores e membros de direcção. Da análise efetuada percebe-se que a deficiente divulgação de informações relativas às inovações fazem com que professores, alunos e a comunidade escolar tenham dificuldades na assimilação e implementação de novas políticas educativas, daí que se sugere o impulsionamento de mecanismos de democratização da gestão escolar para traçar medidas que sejam de domínio de todos os actores sociais educativos no contexto da escola primária.

Palavras-Chave: Novas Políticas, Políticas Educativas, Escola Primária.

The new education policy and the impact of the abolition of exams on primary education in Invinha- Gurúè

Abstract (English): This work was presented as a scientific monograph at Licungo University, and aims to highlight the participation of different school actors in the implementation of new educational policies (abolition of exams and dismissals), introduced in primary education. This is a case study carried out at the Primary School of the 1st and 2nd Grade of Invinha, in the district of Gurúè in Zambézia. Specifically, it analyzes the degree of assimilation of innovations, discussing the abolition of exams and dismissals in primary education. It is a problem of the research, the fact that in the school under study there are problems of poor interpretation of these policies, caused by the lack of preparation on the part of the educational actors in the implementation and improvement of the new policies, which in turn, culminates in the massive disapproval students and outdated implementers. However, the lack of training and updating innovations for implementers may be contributing to the existence of such problems. As for the methodology, we opted for qualitative exploratory research. Data collection was carried out through semi-structured

* Graduado em Administração e Gestão da Educação pela Universidade Licungo. Email: danandissone@gmail.com

** Doutor em Educação, Políticas, Administração e Gestão da Educação. Docente na Universidade Licungo - Moçambique, Email: bivedomingos@yahoo.com.br

interviews applied to teachers and board members. However, from the analysis made, it is clear that the poor dissemination of information related to innovations causes teachers, students and the school community to have difficulties in assimilating and implementing new educational policies, which is why it is suggested to encourage mechanisms of democratization school management to outline measures that are in the domain of all educational social actors in the context of primary school.

Keywords: New Policies, Educational Policies, Primary School.

**Ohusera wa Makhalelo Maxani Aweciha Ohusiha (okwatiwa wa exame ni dispensa)
Osikhola Yoopacerya – Mukhalelo wa Esikhola Yoopacerya ni Yanaawili ya Wanavinyanya –
Gurué.**

Nthonyero (elomwé): Muteko ola, ononeihera okwaniha wa ohusera o Universidade Licungo ni okhwelaka waxaxa makhalelo maxani enaholela ohusiha mwa esikhola Yoopacerya. Mwa yela, muteko ola, onchuna wacererya werela onamona wa achu ancene mwa mapacerelo a makhalelo maxani eneciha esikhola ni wunnuwiha meerelo, ethonyerakaxa, “ohusera wa makhalelo maxani ohusiha (okwatiwa wa exame ni dispensa) osikhola yoopacerya – mwa esikhola yoopacerya ni yanaawili ya wanavinyanya – Gurué”, ekhwelakatho, waxaxa minnuwiho a osuwela mikhalelo mixani soohuserya, wakhula mphurelo wa okwatiwa exame ni dispensa mwa esikhola yoopacerya ni evahakavotho, meerelo a osuwela mikhalelo mixani sa ohusiha. Mwa esikhola nnahuseryahu ennoneyavo ohirehererya wa achu oothene enaholela mukhalelo yola wohuserya, yakiwaka, anamahusiha, anaasikhola, mamuholeli avasikhola ni nloko nothene, sapaceriwaka mikhalelo mixani, nto echu ene yela, ennaakokirihela oculi anasikhola, yululaka ekalasi ni ekhalakano mphurelo wohirera. Masu othene yala, naxanxe ni oloca ni anamahusiha, maholeli a esikhola, nto mwa makhalelo aweciha ohuserya, nthanlale waxaxa ni okwaniherya mwa wakoha yale eneciha mukhalelo yola wohusiha. Nave, mwa wooneiherya soothene nihusenryahu, ninnona wi, anamahusiha, anasikhola ni nloko noothene na esikhola, akhalano makacamihho mwa osuwela ni opacerya makhalelo maxani ohusiha nto mwa nthowa na ohikhalavo oleliwa sihakunve opaceriwa mikhalelo seiha mixani sa ohusiha, mwa yela, ennathonyeriwa wi, yaacereryeke mikhalelo sawahelamo achu othene eneciha esikhola ni oleliwa, wi evaheke masu ni miruku aweciha esikhola Yoopacerya.

Masu okhweleyaxa: Mathonyero Maxani, Mathonyero ohusiha, Esikhola Yoopacerya.

Introdução

As mudanças empreendem o desenvolvimento das organizações, aliás, são sempre necessárias em qualquer sociedade e no sistema educativo revelam-se estratégicas. A mudança de políticas educativas é algo comum no seio da sociedade moçambicana, fato que acompanha a evolução desta. Assim sendo, os gestores educacionais, professores e membros da comunidade escolar em geral são chamados a ser os implementadores das inovações definidas. Neste sentido, no concernente à implementação das políticas educativas, estes têm apresentado muitas dificuldades que, de alguma forma, acabam culminando em situações de reprovação massiva dos alunos. No nosso país são traçadas

novas políticas educativas para definir prioridades e garantir o acesso à educação de todos os cidadãos, apoiando-se sobre valores sociais, morais e políticos mais ou menos organizados numa filosofia da educação virada para a reflexão dos processos educativos.

Tendo em conta o papel que a educação desempenha para a sociedade, há a necessidade de se adotarem estratégias que envolvam vários intervenientes na planificação dos programas de ensino, no sentido de garantir a sua adequação e implementação efetiva nas escolas. Aranha (2016) chama a atenção para o fato de as normas e programas educacionais, no acto da elaboração, devem merecer discussão entre os proponentes, a comunidade escolar e os pais dos alunos, pois, estes não apenas têm o direito de tomar conhecimento de todo o processo pedagógico em curso na escola, mas também de participar diretamente da definição das suas propostas educacionais.

Pretendemos compreender, com base no presente estudo, como tem sido o dia-a-dia das instituições de ensino básico sob o olhar do professor e dos gestores escolares, para analisar o grau de assimilação das inovações no ramo educacional; discutir a pertinência da abolição dos exames e dispensas no ensino primário; propor medidas de adaptação dos estabelecimentos escolares às novas políticas educativas.

O estudo é de extrema importância na medida em que permite que os gestores escolares adotem novas formas de disseminação das informações recebidas a nível distrital, gerir as dificuldades ou limitações os professores com enfoque na disponibilização de informações úteis sobre as mudanças, incorporando-lhes nas sessões de capacitação, como também permitir que os mesmos trabalhem juntos nas planificações, discussões semanais de conteúdos programáticos, de modo a alcançar, com sucesso, os objetivos pelos quais as políticas foram traçadas e, simplesmente melhorar o processo de ensino e aprendizagem de forma a termos um ensino de qualidade, equitativo e atual.

O trabalho é composto por um resumo, introdução, contextualização, técnicas de coleta de dados, conceito de política educacional, dificuldades no processo de implementação das políticas nas escolas, mudança de políticas educativas em Moçambique, causas, consequências da mudança de políticas, resultados, considerações finais e referências bibliográficas.

1 Contextualização do estudo

A pesquisa abordou as novas políticas educativas implementadas nos últimos anos, isto é, desde que se definiu a nova Lei nº18/2018 pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) no sistema de ensino, procurando trazer o seu impacto nas instituições escolares em particular na Escola Primária do 1º e 2º Grau do Invinha no Distrito de Gurué.

Deste modo, pode-se crer que, o impacto das políticas educativas não só afeta a escola em estudo, mas também as demais escolas do país, principalmente as escolas localizadas nas regiões suburbanas. A título de exemplo, foi implementado o exame no final do 1º ciclo do ensino básico (2ª classe), foi abolido o exame da 2ª época para as classes com exame, no Ensino Básico (5ª e 7ª classe), devendo, no entanto, apenas participar da 2ª chamada o aluno que por motivos justificáveis não se fez presente no primeiro exame.

Numa outra vertente, em 2018 foi abolido o exame da 2ª classe e aprovadas as reformas da suspensão das dispensas na 7ª classe. Com isso, essas medidas, para além do desajuste dos alunos acarretam muitos custos ao Estado moçambicano, tais como: i. A produção do material, que por vezes não cobre a população que se pretende beneficiar; ii. Criação de novos serviços ou subsectores que culminam com a alocação de recursos humanos já escassos no sector; iii. A formação de equipas de supervisão, entre outros novos custos.

Nessa perspectiva, como descrevemos nos objetivos gerais, buscamos compreender, com a presente pesquisa, o impacto prático das, as novas políticas educativas, nomeadamente a abolição dos exames e dispensas no Ensino Primário. Para alcançarmos os objetivos traçados adotamos a abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de recolha de dados a entrevista e a consulta documental associada à análise de conteúdo.

A pesquisa é do tipo qualitativo, centrada na análise do impacto das novas políticas educativas no Ensino Primário, com base nos principais atores envolvidos na implementação, com vista a contribuir para o desenho de estratégias mais ajustadas à realidade e sua adaptação nas escolas do Ensino Básico. O estudo afigura-se exploratório ao proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-

lo mais explícito ou a construir hipótese (Gil, 2007), envolvendo o levantamento bibliográfico, entrevista às pessoas com experiências práticas no problema pesquisado.

Durante o processo da pesquisa realizamos um estudo profundo com base na análise de fenômenos vividos no dia a dia na Escola Primária do 1º e 2º Grau de Invinha. Privilegiamos a entrevista semiestruturada e a análise documental que culminaram na leitura aprofundada sobre o tema em estudo, através da análise das informações, confrontando livros, artigos, teses e dissertações.

2 Abordagem conceitual de política educacional

Para abordar políticas educacionais, primeiro buscaremos o conceito e o significado de “política”. Falar de política é um tema muito complexo para ser tratado com brevidade, pois o seu uso corrente está permeado por uma multiplicidade de significados que foram construídos na história da humanidade e por diferentes sentidos adquiridos na experiência de vida de cada pessoa.

No presente trabalho não constitui nosso objeto aprofundar sobre a matéria, pelo que, refletiremos sobre o significado deste termo tão polemico para compreendermos as políticas educacionais em vigor no contexto da presente pesquisa. Em sua definição clássica, “o termo política, deriva de um adjetivo originado de polis-politikós e refere-se a tudo o que diz respeito à cidade, ao urbano, ao civil e ao social” (EVANGELISTA, 2007, p. 7). Com o passar do tempo, “política passou a designar, um campo dedicado ao estudo da esfera de atividades humanas articuladas às coisas do Estado”, (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2007, p.7). Na sua perspectiva Wildavisky (1979, p. 179), política é um termo usado para referir-se a um processo de tomada de decisões, mas, também ao produto desse mesmo processo.

Por seu turno, Jenkins (1978, p. 15) vê política como um “conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo a seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação específica”. Em suma, se atendermos as diferentes abordagens dos autores aqui citados, podemos perceber que na atualidade, política refere-se, principalmente, ao conjunto de atividades, que, de alguma maneira ou de outra são imputadas ao Estado moderno ou que dele emanam, ou por outra, a política é um conjunto de decisões que implementam valores, portanto, uma instância que uma vez articulada vai conformando o

contexto no qual umas sucessões de decisões futuras são tomadas permitindo o desenvolvimento de ações no tempo.

As políticas educacionais podem ser entendidas como sendo um meio de construção de valores e conhecimentos que possibilitam o pleno desenvolvimento do educando, incluindo a sua capacidade de se comunicar, compreender o mundo ao seu redor, defender as suas ideias e exercer a cidadania. A política educacional refere-se a:

...um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Por outra, políticas educacionais são “programas ligados a ação governamental direcionados ao público escolar e implementadas pela administração escolar e os profissionais da escola (AKKARI, 2011, p.12).

Com os conceitos acima expostos, entende-se que política educacional é um foco mais específico do tratamento da educação, que, em geral, se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. Tais políticas são constituídas em dois momentos, portanto o processo e o produto.

O processo inclui o momento da elaboração caracterizado pelo ato da lei sendo elaborada e discutida pela sociedade civil e possui diferentes posições a partir de determinados projetos sociais e o momento do produto é a materialização e implementação da política (SHEN, 2007). Os estudos políticos demonstram que organizações escolares, sendo orientadas por políticas educativas que visam o alcance e a melhoria da qualidade da educação, sentem-se obrigadas a aperfeiçoar as novas políticas através da utilização de estratégias que permitam a sua adaptação pelos implementadores, o que pode ser um processo contínuo.

Sob um olhar amplo, adequar as políticas educativas à realidade do processo educativo no cotidiano escolar pode ser visto como sendo uma estratégia usada para que os profissionais da educação que tenham habilidades específicas possuam outras habilidades acrescidas, como formação e atualização, visando melhorar a dinâmica profissional para tornar eficaz e eficiente o processo de ensino e aprendizagem. O processo educativo torna-se eficiente e de qualidade quando diversos atores ligados ao ramo educativo, principalmente os professores, contribuem de forma ativa e criativa nas mudanças, desde a concepção e divulgação de políticas educativas. Nesta abordagem destaca-se que:

...qualquer mudança no âmbito da educação só pode ser feita com os professores, mas, para isso, eles têm que ser informados, formados, corroborando bem como avaliados, na perspectiva do incentivo de boas práticas e de partilha de experiências. Portanto, não se pode fazer mudanças curriculares dentro de um sistema de ensino ou introduzir novas políticas educacionais sem fazer uma auscultação aos professores, pois, isso faz com que o processo da sua implementação corra mal e gera fracasso escolar dentro do sistema (FREITAS, 2001, p. 47).

Segundo a abordagem do autor, podemos compreender que para a introdução de novas políticas é fundamental a auscultação e a consideração de experiências dos diferentes intervenientes do processo educativo, a fim de que o processo de sua implementação possa gerar resultados positivos.

3 Impacto e dificuldades das escolas no processo de implementação das políticas educativas

O processo de implementação de políticas educativas é acompanhado de muitas exigências que, por um lado, não chegam a ser cumpridas na íntegra. Enfrentam-se dificuldades na medida em que as novas políticas vêm de forma imposta, restando ao professor colocá-las em prática. Entretanto, apesar de o professor ser a chave mestra para o desenvolvimento destas políticas, muitas vezes é o último a ser consultado ou o último a saber, quando se chega a fase da implementação.

Por vezes a mudança de políticas a nível central ocorre sem ter em conta a realidade do país inteiro e nisso existem casos mais graves cujas consequências podem chegar a ser prejudiciais para o aluno assim como para o MINEDH como é o de reprovações massivas, existência de turmas numerosas, deficiente adaptação às matérias e técnicas novas, avultados custos ao estado para a criação de novo material, desmotivação de alunos repetentes das classes abrangidas pelas mudanças, entre outros.

Focalizando no impacto do problema, no ano 2018 o MINEDH anunciou a implementação de uma reforma que incidia nos exames finais. No Ensino Básico houve a abolição do exame da 2ª classe e das dispensas na 5ª e 7ª classes. Porque a medida foi extensiva ao Ensino Secundário Geral, com alunos mais crescidos e conscientes, culminou com a manifestação dos alunos na capital do país.

Em geral, e na Escola Primária do 1º e 2º Grau de Invinha em concreto, a questão da deficiente adaptação às novas políticas educativas do MINEDH poderia ser resolvida por uma prévia antecipação da discussão do conteúdo das mesmas junto das entidades locais até o nível da base. Construir mais salas de aulas permite diminuir o número de alunos por turma, o que pode contribuir para a melhoria do ambiente letivo. A contínua capacitação de professores para lidar com as inovações, promovendo um acompanhamento eficiente e eficaz das atividades educativas desenvolvidas pelos alunos em tempo recorde, assim como aumentando o salário dos professores para que estes estejam motivados no exercício da sua carreira.

Se não for feita uma análise do impacto das políticas nas escolas das zonas suburbanas, isto poderá causar algum desconforto dos alunos no que tange às constantes mudanças curriculares. Outro fato não menos importante é a gestão democrática das políticas educacionais.

...a gestão democrática é um processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação (LUCK, 2006, p. 26).

Partindo desse pressuposto, percebe-se que numa sociedade democrática em que se privilegia o envolvimento de todos e o cumprimento de responsabilidades individuais o papel de todos é fundamental para que a gestão democrática de processos escolares e suas políticas de fato aconteçam eficaz e eficientemente. Nesse processo, a descentralização de poderes é essencial para que todos os envolvidos possam sentir-se donos e responsabilizados a tornar-se participantes das decisões do dia a dia da escola, no que concerne ao melhoramento das práticas e políticas educativas vigentes no país.

4 Mudança de políticas educativas em Moçambique

A palavra mudança é usada em múltiplos contextos e tanto se refere a alterações que são meras reproduções, como outras que correspondem a transformações radicais. Procurando clarificar o uso dos termos, Glatter (1992), convocando Velzen *et al.* (1985), propõe uma classificação das mudanças assentes em três variáveis, a saber:

- 1.O âmbito, relacionado com uma maior ou menor amplitude das fronteiras da mudança;
- 2.A dimensão, associada à complexidade relativa da mudança de acordo com o ponto de vista das pessoas que a implementam;

3.E o grau, correspondente ao número de unidades e níveis do sistema educativo que a mudança envolve.

Diante das variáveis apresentadas, o estudo baseia-se na segunda variável dado que a complexidade das mudanças deve-se à falta de participação dos diferentes intervenientes, isto é, dando seus pontos de vista visando incluir os implementadores do processo. A mudança de políticas educativas ocorre quando há desajuste dos programas educativos, podendo contribuir para alargar o âmbito, a dimensão e o grau das alterações nos sistemas educativos. Isto, exige que os gestores escolares, professores deem o seu contributo, embora estes dependam da forma como serão implementadas para resolver os problemas.

Glatter (1992) alerta que a mudança, quando ocorre, nem sempre é necessariamente para o melhor, dependendo da apreciação que cada um faz. O autor analisa o conceito, atribuindo-lhe diferentes graus, onde inclui a inovação enquanto “mudança planificada” e envolvendo um processo que visa melhorar a escola. Segundo refere, o processo envolve três fases: i) Iniciação, que corresponde à introdução de novas ideias e práticas e à procura do aval institucional; ii) implementação, ou seja, a operacionalização dessas alterações; iii) institucionalização ou estabilização, em que as alterações são constituídas em normas e rotinas, de modo a tornarem-se parte do trabalho escolar (p.18).

Neste processo, ocorre com frequência um hiato entre as ideias inovadoras e a sua concretização, distinguindo-se, à luz de Glatter (1992), diferentes abordagens na forma de reduzi-lo: umas baseadas na coerção pela hierarquia, outras na negociação e manipulação mediante apelos emocionais ou ainda através da persuasão racional e do argumento lógico. No contexto moçambicano, para a concretização das inovações, parece haver uma tendência democrática desafiadora do uso da coerção como estratégia do sector da educação, pois, apesar de que a elaboração de uma política educativa pressupõe algumas razões e demandas que o exijam, ela é feita sem as devidas condições para sustentar os impactos dessa mudança, cabendo a responsabilidade das escolas a sua implementação com ou sem condições adequadas.

O Estado moçambicano, em particular o MINEDH, segue tendências globais e regionais (Movimento de Educação Para Todos), UNESCO (Organização das Nações Unidas Para Ciência e Educação) e da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da

África Austral), em função das necessidades do país e do desenvolvimento das necessidades da sociedade moçambicana.

Ainda que a evolução dos sistemas educativos apresente diferenças nos diversos países, é consensual afirmar-se que o enfoque na mudança e inovação educativa está ligado à expansão desses sistemas. Whitaker (1999) destaca que, na prática educativa, as mudanças tendem a ser fruto dos próprios profissionais e não tanto da regulamentação.

De acordo com Canário (1996), a mudança surge associada à designada “crise da escola”. No contexto moçambicano, esta situação estaria relacionada com o notável crescimento quantitativo do sistema escolar. Face a essa crise, as propostas das mudanças baseiam-se, predominantemente, em reformas educativas que consistem em impor às escolas um conjunto uniforme de soluções.

Outras razões encontradas para as mudanças de políticas educativas no país têm a ver com a necessidade de atualização dos currículos educativos; procura de melhores formas para a melhoria da qualidade de educação; previsão do futuro do sistema educativo e a globalização.

Diante deste cenário, o MINEDH, justificou a aprovação e entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Avaliação através do Diploma Ministerial N° 7/2019, cujo foco é a abolição das dispensas, por se considerar ser “uma tradição antiga”, sendo de realçar. o facto de no continente Africano serem poucos os países que ainda mantêm a prática de dispensas e, na África Austral, Moçambique ser o único país onde os alunos ainda dispensam.

5 Consequências da mudança de políticas educativas em Moçambique

Como sabemos, as políticas públicas são ações que partem do poder público com o objetivo de atender o bem comum a sua tendência é por excelência atender as demandas sociais como, por exemplo, construir melhores escolas, melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem, aumento de vagas etc. As políticas públicas propõem-se a provocar alterações no interior da escola, em especial, nos seus princípios e, por decorrência, na forma de organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura, portanto, a mesma autora afirma que:

...a construção de uma nova cultura escolar, com outras práticas, normas e concepções, não depende apenas de mudanças legais, mas, sobretudo, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em alterações das condições de trabalho oferecidas ao professor, estrutura da escola e preparo técnico e pedagógico aos docentes (DELGADO, 2011, p.3).

Nesta ordem de ideias, percebe-se que a lei por si só não altera a realidade. É óbvio que todas as metas do Plano Estratégico da Educação (2016 - 2020) como a política educativa que é voltada para a melhoria da educação, repercute no quotidiano das escolas, sejam elas públicas ou privadas. No entanto, trata-se de um propósito legal que somente repercutirá em ambiente propício a alterações, com interferência na cultura escolar.

O processo de mudança de políticas educativas em Moçambique tem alguns resultados positivos assim como negativos. Partindo da situação da escola do Invinha, embora, as novas políticas tenham imposto inovações, provocaram um desequilíbrio por parte dos alunos repetentes nas classes de exame, dificuldades dos professores em adaptar-se às novas medidas educativas, principalmente os que trabalham apenas para cumprir as obrigações, existência de turmas numerosas no final do 1º ciclo do ensino primário devido a muitas reprovações, desmotivação por parte dos pais e encarregados de educação pela massiva reprovação de seus educandos e pela abolição da 2ª época nos exames finais do Ensino Básico.

Por um lado, para não falarmos apenas da parte conflituosa das novas políticas educativas impostas pelo Governo, quando bem planificadas e administradas, as políticas educacionais ajudam a gerir conflitos e a superar os inúmeros desafios existentes na educação. E, quando eficientes, são capazes de garantir a qualidade do ensino, recuperar alunos em situação de evasão ou atraso e melhorar o atendimento às necessidades dos educandos ou da sociedade.

Podemos, com isso, afirmar que as ações de apoio didático e metodológico às escolas, por exemplo, proporcionam um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz e uma gestão escolar mais forte e segura. Os programas voltados para a docência asseguram a formação e o suprimento de equipamentos e materiais necessários à atuação dos professores. Estudos feitos por Skilbeck (1975) consideram que, face à mudança exterior, a escola pode adotar quatro estratégias: seguir o costume, preservar o melhor, ignorar a mudança e olhar para o futuro.

A primeira estratégia conduz a reivindicar o ajustamento e a pertinência do currículo ao mundo tal como ele é; a segunda é uma resistência à mudança que implique critérios de escolha consciente; a terceira não é uma estratégia propriamente falando, mas uma atitude mais ou menos consciente da resistência à mudança; a quarta implica que a escola fixe a si mesma objetivos claros, antecipando os efeitos futuros da sua ação atual.

O MINEDH, antes de traçar uma política educativa deveria cingir-se aos costumes do país, para melhor incorporar no currículo, em seguida deveria selecionar as melhores políticas e preservá-las. Como é sabido que a Administração Pública apenas cumpre com as leis definidas, seria desacato ignorar as mudanças dos sistemas educativos, mas sim adaptar-se a elas para o melhor aperfeiçoamento no sentido de produzir melhores resultados.

6 Resultados

A recolha de dados foi sustentada pela aplicação de entrevista dirigida aos professores e aos diretores ou gestores da Escola Primária de Invinha, para a compreensão das políticas educativas no Ensino Primário e o grau do aperfeiçoamento aquando da sua implementação. Em relação ao entendimento dos nossos entrevistados sobre as políticas educativas, de um total de nove (09) entrevistados, correspondente ao universo da amostra, responderam que já sabiam das políticas educativas. Assim, as respostas apresentadas demonstram que os nossos entrevistados têm alguma noção em torno do tema do nosso trabalho, o que é relevante para a nossa pesquisa.

Entretanto, da análise feita, concluímos que as respostas vão de acordo com o que afirma Akkari (2011, p.12), ao sublinhar que a política educacional refere-se a um “conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola”.

7 A segunda questão referente à implementação das políticas educativas em Moçambique

Nesta questão, com base nas respostas apresentadas, notamos que a forma atual de gestão de novas políticas educativas, sobretudo como são traçadas e implementadas, parece que não é favorável para a sua implementação na escola. Na nossa análise, concluímos que este fenómeno deve-se à ausência da informação que não é abrangente

a todos os membros das escolas, associado à falta de capacitação e envolvimento do pessoal de base (pais, professores e gestores de escolas).

Isto faz com que a forma de implementação das novas políticas educativas não esteja de acordo com a realidade de cada região, havendo a necessidade da criação de condições para a efectivação dos planos propostos pelo Governo. Na última questão, procurava-se apurar se, na percepção dos informantes, medidas deveriam ser adaptadas para que a escola se adapte às novas políticas educativas.

No concernente a este ponto, as informações fornecidas pelos professores e membros de direção, revelam que a construção e implementação de novas políticas educacionais não podem e nem devem ser atividades apenas da inteira responsabilidade do MINEDH, órgão que tutela e monitora a educação, mas estender-se às escolas para a sua participação no desenho e adaptação. Com esta visão dos nossos entrevistados, percebemos que estes estão devidamente informados sobre as formas de como deve ser o processo de adaptação das políticas educacionais a ser implantadas:

...qualquer mudança no âmbito da educação só pode ser feita com os professores, mas, para isso, eles têm que ser informados, formados, corroborando bem como avaliados, na perspectiva do incentivo de boas práticas e de partilha de experiências. Portanto, não se pode fazer mudanças curriculares dentro de um sistema de ensino ou introduzir novas políticas educacionais sem fazer uma auscultação aos professores, pois, isso faz com que o processo da sua implementação corra mal e gera fracasso escolar dentro do sistema (FREITAS, 2001, p.147).

Considerações finais

O estudo das novas políticas educativas no ensino primário é um imperativo de todos, sendo, por conseguinte, uma questão problemática cuja solução deve envolver o esforço de toda a comunidade educativa, pois é pertinente e indispensável a inclusão de todos os actores educativos. Com o presente estudo, foi possível perceber que as dificuldades encaradas pela escola de Invinha, na assimilação e implementação das novas políticas educativas, derivam do fracasso na disseminação de informação após a sua concepção, por um lado, a restrição no envolvimento dos demais intervenientes (professores, alunos etc.) e a antecipação a nível das instituições implementadoras, constituem o centro do problema.

Na prossecução da nossa investigação, os professores entrevistados afirmaram que após a introdução de uma nova política educativa, nada se pode fazer senão

implementarem mesmo sem nenhuma capacitação, ainda que haja falta de materiais, recursos didáticos, de forma aleatória têm feito a introdução e isto, infere nos resultados minando, desta forma, a própria qualidade de educação.

Para ultrapassar tais problemas sugere-se que os professores se informem cada vez mais sobre o funcionamento das novas políticas educativas, buscando compreender documentos relevantes para o sector como o Plano Curricular do Ensino Básico (2003) e o Novo Regulamento de Avaliação do Ensino Primário (MINEDH, 2018), de modo a aprimorarem-se das atualizações e/ou inovações curriculares do sector da educação. Os gestores escolares devem divulgar, de forma contínua e antecipada, as informações recebidas pelas entidades superiores, em sessões de treinamento e capacitação. Ao MINEDH cabe promover seminários de capacitação pedagógica para assegurar bons resultados na gestão de novas políticas nas escolas, difundindo a sua pertinência e partilhando as vantagens da implementação no sistema de educação. É relevante criar incentivos para a motivação dos professores, melhorando as condições de trabalho e salariais.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, pois, a abolição dos exames e dispensas justificam a necessidade de tornar mais objetiva a avaliação do grau de aprendizagem dos alunos do Ensino Primário e, que face à implementação das mesmas políticas, devem-se estender às escolas para a sua participação no desenho e adaptação, ultrapassando as possíveis barreiras. No concernente à abolição da dispensa na 5ª e 7ª classe, concluímos que a medida só veio penalizar os alunos que envidam mais esforço em terminar a classe com boas notas, merecendo um estímulo como forma de os outros tentarem seguir o exemplo. Entretanto, tratando-se de uma política a nível nacional, cabe aos profissionais da educação adaptarem-se às mudanças através de capacitações contínuas e disponibilização de material necessário.

Referências

- ARANHA, Sónia. **Respondendo suas dúvidas sobre a educação**. São Paulo: Ed. Sucesso, 2016.
- CANÁRIO, Rui. **A escola, o local e a construção de redes de inovação**. In: CAMPOS, B. P. (Org.). *Investigação e inovação para a qualidade das escolas*. Lisboa: IIE, p.59-76,1996.
- DELGADO, Adriana Patrício. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. **Espaço do Currículo**, São Paulo. v. 4, n.2, p.162-171, 2011.

- ESTEVÃO, Carlos. Políticas educativas, autonomia e avaliação. Reflexão em torno da dialética do reajustamento da justiça e da modernidade. **Revista Portuguesa de Educação**. Lisboa, Vol.32, p. 155-178, 2001.
- FREITAS, Carlos Alberto Sampaio. **Auditoria de Gestão e Estratégia no Sector Público**. **Revista do Serviço Público, Escola Nacional de Administração Pública**, Brasília, v.52, n. 4, p.57-70, 2001.
- GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2007.
- GLATTER, Ron. A gestão como meio de inovação e mudança nas escolas. In: Nóvoa, A. (Coord). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p.139-161.
- LAKATOS, Eva Maria. & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia de trabalho Científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão. 5.ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2006.
- MINEDH. **Novo Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Primário, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e Secundário Geral**. Lei nº 18/2018. Maputo: MEC, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco Adão. Políticas Públicas Educacionais: **conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás: Massangana, 2016.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Lamparina: Rio de Janeiro, 2007.
- SKILBECK, Malcolm. **O desenvolvimento curricular baseado na escola**. Paris: OECD, 1975.
- SOARES, José Francisco. **Qualidade e equidade na educação básica: artigos analíticos de políticas educativas**, Belo Horizonte, vol. 12, nº 2, p. 1-24, 2004.
- WHITAKER, Patrick. **Gerir a mudança nas escolas**. Porto: ASA, 1999.

Recebido em: 10/02/2021

Aceito em: 20/03/2021

Para citar este texto (ABNT): ANDISSONE, Daniel Agostinho; DOMINGOS, Alberto Bive Domingos A nova política da educação e o impacto da abolição de exames no ensino primário em Invinha- Gurúè. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA). v.1, nº 1, p.154-168, jan./jun. 2021.

Para citar este texto (ABNT): Andissone, Daniel Agostinho; Domingos, Alberto Bive Domingos. (2021, jan./jun.). A nova política da educação e o impacto da abolição de exames no ensino primário em Invinha- Gurúè. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA). 1(1): 154-168.